

**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

BELO HORIZONTE/MG, 10 de novembro de

À Sua Senhoria a Senhor (a),

*Recebido, 10/11/2022, 10:38 -*  
*[Assinatura]*

A Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, vem atuando no caso SAMARCO desde 06 de abril de 2017, organizados na luta por direitos, em virtude do rompimento da barragem de Fundão, que ocorreu em novembro de 2015 e impactou gravemente as Comunidades e o Meio Ambiente, no âmbito do Município de Aracruz-ES - sendo reconhecida sua atuação jurídica pelo TTAC e TAC GOV (termos de transação ajustamento de condutas) realizados nos processos de nº 0069758- 61.2015.4.01.3400 e de nº 023863-07.2016.4.01.3800 que tramitam na 12ª Vara Federal Cível/Agrária de Minas Gerais – criada pela Força Tarefa do Ministério Público e Defensorias públicas dos Estados o Minas Geras e Espírito Santo, vem por meio de seus representantes presentes, apresentar ao CIF uma situação de extrema importância e relevância para o desdobramento da reparação no território 11 composto atualmente por Aracruz/ES e Serra/ES.

#### **EM SINTESE – ASSESSORIA TÉCNICA DO TERRITÓRIO 11**

O território 11, foi assim identificado por uma organização do Fundo Brasil afm de organizar a atuação das Assessorias técnicas.

Aracruz/ES, desde 2021, vem apresentando em juízo, nos autos do eixo 10, a insatisfação e o desejo de constituir uma assessoria que de fato atenda o território, tal situação foi reconhecida pelo Magistrado DR. Mario de Paula Franco Junior, que reconheceu a desconstituição da ADAI, e determinou que a Assessoria escolhida por Aracruz/ES apresentasse plano de trabalho e documentação para análise do preenchimento dos requisitos necessários.

Desde então as próprias empresa rés manifestaram concordância com a Assessoria Voz da Natureza, mas levantaram a questão acerca do território 11 ser composto por Aracruz/ES e Serra/ES.

Os representantes de Serra/ES e Aracruz/ES e Fundão/ES, reuniram e deliberaram pela cisão do Território, entretanto ate o momento tal fato não foi analisado, ao passo que vem sendo levantado em juízo a possibilidade de atuação da ADAI.

Conforme restará demonstrado a ADAI já foi destituída, as Lidereanças já deliberaram sobre a cisão do território, não cabe mais a imposição de ADAI, no território 11.

**ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES.  
CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073  
JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA**

*[Assinatura]*



**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

Objetivando contribuir para o entendimento das partes, acerca do processo de definição e escolha das ATIs, a Comissão de Atingidos de Aracruz, compartilha parte de um artigo, ainda não publicado, escrito pela pesquisadora e voluntária Marcella Tavares. O Artigo foi escrito enquanto trabalho de conclusão de curso da pós graduação em Governança e Enfrentamento de Conflitos Socioambientais pela UNIVALE, entregue no mês de novembro do presente ano. Apesar de não publicado, o trecho abaixo foi cedido em decorrência das decisões que vêm sendo tomadas nos últimos dias.

A autora se coloca disponível para maiores esclarecimentos e também para compartilhar o artigo na íntegra.

Atenciosamente, Comissão de Atingidos de Aracruz.

## ➤ DIAGNÓSTICO DO CONFLITO

### ***4.1. Os fatores endógenos do “Processo Democrático”***

#### ***I. O contexto:***

Por meio do Programa Rio Doce, o Fundo Brasil de Direitos Humanos - FBDH, atua como *expert* do Ministério Público Federal (MPF), no contexto de ação judicial movida para buscar a reparação integral dos danos sofridos por todas as pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana. A atuação se dá por meio de apoio à mobilização autônoma das populações atingidas na busca de seus direitos coletivos no processo de reparação. A missão do *expert* é garantir a participação informada das pessoas, comunidades, povos indígenas e quilombolas atingidos nas instâncias de governança. “A atuação também prevê a contratação das Assessorias Técnicas Independentes (ATI) e a coordenação metodológica destas, conforme acordo judicial estabelecido com as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton” (FBDH, 2022).

É importante esclarecer que o direito à assessoria técnica às pessoas atingidas, se deu mediante às reiteradas críticas à ausência da participação destes nos processos decisórios da reparação. Diversos atores estiveram engajados nesse pleito, pesquisadores, movimentos sociais, comissões locais, instituições de justiça, entre outros, que reivindicavam “o acesso às diversas informações técnicas da arena jurídica e burocrática, tendo em vista a necessidade de mediação do conflito oriundo do rompimento da barragem de Fundão” (MOREIRA, et al., 2020), assim como, o direito à participação das pessoas atingidas na governança do desastre.

Nesse contexto, no dia 25 de agosto de 2018, a equipe do Fundo Brasil de Direitos Humanos, responsável pela contratação das ATIs, deu início à fase de acompanhamento da **consolidação da Comissão**

**ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES.  
CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073  
JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA**



**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

de Atingidos do Território de

**Aracruz**<sup>1</sup>, quando realizou sua primeira reunião no município, na localidade de Barra do Riacho. A reunião contou com a participação de 18 pessoas representando, associações de pescadores e artesãos, associações de moradores, o Conselho Municipal de Saúde de Aracruz, o Movimento dos Atingidos por Barragem e a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

No tocante às Comissões de Atingidos, é necessário destacar que, conforme estabelece o Capítulo IV do TAC-Governança (o acordo que garantiu à participação das pessoas atingidas no processo de reparação), referentes às Comissões Locais, as Comissões que já haviam sido formadas, voluntariamente, por pessoas atingidas, foram reconhecidas enquanto interlocutoras legítimas no tocante à participação e governança do processo de reparação integral dos danos. E ainda, que as Comissões de pessoas atingidas (Comissão de Atingidos) já formadas até a data de assinatura (25/06/2018) do TAC-GOV, deveriam ser reconhecidas como COMISSÕES LOCAIS<sup>2</sup>.

Em relação a Comissão de Atingidos de Aracruz, um dos atores do presente conflito descrito, observa-se que a mesma foi formada no dia 06 de abril de 2017, em reunião realizada no distrito de Barra do Sahy, onde estiveram presentes atingidos de toda zona costeira do município, (11 comunidades), o Ministério Público Federal, o Movimento de Atingidos por Barragens e a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo. A Comissão foi composta por 28 membros, todos representantes de uma das localidades atingidas pelo rompimento, estratégia pensada na capilaridade das ações e na representatividade do território, que se organizam voluntariamente, pela luta por direitos, em virtude do rompimento da barragem de Fundão, no âmbito do Município de Aracruz-ES - sendo reconhecida sua atuação pelo TTAC e TAC-GOV realizados nos processos de nº 0069758-61.2015.4.01.3400 e de nº 023863-07.2016.4.01.3800 que tramitam na 12ª Vara Federal Cível/Agrária de Minas Gerais.

Recuperando o contexto da reunião do dia 25/08/2018, na oportunidade, a equipe do Fundo Brasil apresentou como se daria o processo de escolha da Assessoria Técnica e consequente atuação. Já os atingidos, aproveitaram para indagar e esclarecer alguns pontos. Um atingido pescador, por exemplo, levantou a dúvida se haveria alguma entidade de assessoria técnica com conhecimento para buscar soluções dos problemas “da foz do rio para fora” (no mar), já que as entidades que atuam na Bacia do Rio Doce têm conhecimento “da foz para dentro”. Uma outra atingida colocou que são os moradores que

<sup>1</sup> O presente trabalho busca concentrar sua análise no território de Aracruz, no entanto, tudo aquilo que envolve as atribuições do FBDH e seus procedimentos, ocorreu não apenas em Aracruz, mas em todos os territórios da zona costeira do ES, reconhecidos como atingidos, pela Deliberação Nº 58, do CIF.

<sup>2</sup>CLÁUSULA OITAVA. As PARTES acordam o reconhecimento das Comissões formadas voluntariamente por pessoas atingidas ("COMISSÕES LOCAIS") residentes nos municípios atingidos pelo ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO e/ou, excepcionalmente, que tenham sofrido danos em atividades realizadas na área de abrangência das respectivas COMISSÕES LOCAIS, como interlocutoras legítimas no âmbito das questões atinentes à participação e governança do processo de reparação integral dos danos decorrentes do ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO, nos termos e limites previstos neste ACORDO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As comissões de pessoas atingidas pelo ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO que já se encontravam em funcionamento até a data da assinatura do presente ACORDO serão reconhecidas como COMISSÕES LOCAIS no âmbito da governança prevista neste ACORDO, bem como aquelas comissões que vierem a ser implementadas posteriormente nos termos deste ACORDO.

**ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES.**

**CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073**

**JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA**



**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

conhecem o ambiente e reconhecem

as mudanças na água, no mangue, nos animais e na saúde causados pelo rompimento da Barragem de Fundão. Já um representante do Conselho de Saúde manifestou preocupação com a falta de atenção do poder público para os impactos na saúde da população a longo prazo. Também foram relatadas dificuldades que os artesãos encontravam para serem cadastrados pela Fundação Renova como atingidos.

Segundo o relatório apresentado pelo FBDH (2018), a reunião realizada, permitiu a sua equipe, “constatar um bom grau de mobilização de pessoas atingidas em torno da Comissão de Atingidos de Aracruz, e de apropriação em relação às etapas do processo de viabilização da assessoria técnica, bem como a necessidade urgente da mesma. O mesmo fato é possível observar no trecho abaixo, em relato apresentado por representante do FBDH:

“As ATIs que foram credenciadas, a gente trazia para o campo, porque eram os atingidos que tinham que escolher o seu território com **autonomia e independência** [...] em alguns territórios tinham comissões já bastante organizadas e em outros territórios as pessoas estavam se organizando em comissões e foram se organizando ao longo desse processo, entendendo ao longo desse processo que precisavam se organizar em comissões para que pudessem inclusive ajudar a viabilizar a organização do maior número de atingidos, para que as escolhas de ATI fosse feita com a maior representatividade possível de atingidos (informação verbal)<sup>3</sup>. (grifo nosso)

É necessário destacar que, segundo consta na literatura (CARLOS, 2019; LOSEKANN, 2018) e em falas apresentadas pelo Fundo Brasil (ARAÚJO, 2020), as Comissões de Atingidos foram organizadas pelo Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB, com o apoio do Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce - FCDRC e ratificadas pelo Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública Estadual (DPES), com a finalidade de fomentar novos ativistas, por meio da formação de grupos de base nos territórios, em torno da construção de uma identidade coletiva, como pode ser observado no trecho abaixo, descrito por ARAÚJO (pág, 76, 2021):

Ao fixar-se, em pouco tempo o MAB chega às comunidades atingidas com o apoio também da Defensoria Pública do ES, superando a desconfiança e receio das organizações locais. É importante ressaltar que nesse contexto acontece uma ebulição de atores que se mobilizam, principalmente locais como associações de moradores e pescadores, mas já é possível afirmar que o FCDRC e o MAB tiveram papel central em coordenar essa emergência de ações coletivas, inclusive em iniciar novos espaços de participação e organização como as “Comissões de Atingidos” (CARLOS, 2019; LOSEKANN, 2018).

Na sequência deste evento, no dia quatorze de setembro, o Fundo Brasil tornou pública em seu site a relação definitiva das organizações credenciadas a participar do processo de escolha das assessorias técnicas às pessoas atingidas na zona costeira de Aracruz e Serra - localidades definidas como Território 11.

<sup>3</sup>Fala apresentada em live. ARAÚJO, Ana Valéria. Painel 3 - Assessorias Técnicas versus Representação de Atingidos. Seminário de Balanço do Rompimento da Barragem de Fundão. Out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CaOY0pYphZQ>. Acessado em: 10/11/2020.

**ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES.**

**CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073**

**JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA**



**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

## ***II. Apresentação do credenciamento:***

No dia 21 de setembro de 2018, no Clube Esportivo Riachão, em Vila do Riacho - Aracruz, ocorreu a reunião para apresentação do resultado do credenciamento das entidades interessadas na Assessoria Técnica. Neste segundo momento, compareceram 49 pessoas atingidas. Segundo o representante do Fundo Brasil, apenas duas entidades atenderam aos critérios previstos no item 1<sup>4</sup> do Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar, sendo, portanto, credenciadas para Aracruz e Serra. As entidades foram - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – ADAI e Rede Interação.

Destaca-se que, apesar da superficialidade nos critérios, frente à complexidade do serviço a ser executado, apenas duas entidades conseguiram se credenciar. Os detalhes desse processo de credenciamento não foram tornados públicos no site do Fundo Brasil, nem do MPF, provocando algumas lacunas no entendimento da efetividade da Chamada Pública e do processo de Credenciamento das entidades interessadas.

Na ocasião, as pessoas atingidas realizaram perguntas em relação a assessoria técnica, tendo como resposta do representante do FBDH e da DPES, que os mesmos deveriam direcioná-las às entidades credenciadas no momento adequado, demonstrando que teriam oportunidade de indagação, contestação, avaliação e por fim, escolha daquela entidade que lhes demonstrasse confiança, conforme descrito no relatório do FBDH (2018).

## ***III. Recebimento de propostas preliminares e a avaliação da comissão de especialistas:***

As organizações credenciadas para o Território de Aracruz e Serra receberam da equipe do Fundo Brasil, a carta-convite no dia 2 de outubro de 2018, contendo o formato no qual as propostas preliminares de trabalho deveriam ser elaboradas. O formato previa breves descrições das linhas de ação e da metodologia de trabalho que deveria ser aplicada, em atendimento às demandas presentes no território, que inclusive, foram apresentadas na Chamada Pública.

<sup>4</sup> a. Possuir comprovada experiência técnica, com no mínimo 3 (três) anos de existência, de acordo com as necessidades das pessoas e comunidades atingidas;

b. Independência técnica e financeira em relação às Empresas, isto é, entidade que não tenha contratado com as Empresas, no Brasil ou no exterior, conjunta ou individualmente, nos últimos 3 (três) anos;

c. Não possuir fins lucrativos;

d. Apresentar comprovação documental de prestação de serviços similares aos que serão realizados;

**ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES.**

**CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073**

**JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA**



**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

Esse fato pode ser

evidenciado no relato abaixo, conferido pelo FBDH, ao esclarecer que a finalidade da reunião pública era oportunizar às pessoas atingidas, a escolha de sua assessoria, baseada na avaliação técnica das propostas preliminares do plano de trabalho. Note, o reconhecimento do FBDH em relação a representatividade que a Comissão de Atingidos de Aracruz possui, sendo convidada à responsabilidade da mobilização, junto aos *experts*.

Pedimos que as ATIs credenciadas em cada um dos territórios apresentassem propostas preliminares de um plano de trabalho para que pudéssemos em uma grande reunião, onde as **comissões locais** e a equipe do fundo brasil auxiliaram e ajudaram a mobilizar o maior número de atingidos para que pudesse haver escolha, e essa escolha, se faria em cima das propostas das organizações de ATI para aquele território (informação verbal)<sup>5</sup>.

A convite do Fundo Brasil, como parte integrante do processo, uma Comissão de Especialistas foi responsável por realizar a análise prévia de adequação de cada uma das propostas ao escopo do trabalho contido na Chamada Pública. Segundo o termo de referência, elaborado para esta finalidade, foi esclarecido que:

[...] não cabe à Comissão de Especialistas interferir na natureza da proposta, nem descredenciar qualquer organização, e que **a decisão sobre a qualidade e pertinência das propostas** caberá exclusivamente aos atingidos, em processo deliberativo público realizado nas comunidades.

Ao final da elaboração dos pareceres individuais, os especialistas se reuniram com a equipe do Fundo Brasil, em 22 de outubro de 2018, para apresentar o parecer final em nome do comitê. As sugestões e recomendações feitas pelo Comitê de Especialistas foram enviadas às entidades credenciadas para o território. As entidades tiveram prazo de 3 dias úteis para readequar as propostas preliminares e devolvê-las ao Fundo Brasil.

Não cabe, no limitado espaço deste trabalho, se aprofundar na efetividade do termo de referência aplicado, nem na análise realizada pelos especialistas, em relação à complexidade do trabalho de assessoria técnica que se determina. Nem tão pouco, na efetividade da chamada pública, que resultou em apenas duas entidades credenciadas. Mas diante do que foi tornado público, pelo site do Fundo Brasil, observa-se um termo de referência genérico, novamente, em relação à complexidade do trabalho a ser executado, mas que caberá futuras análises, onde serão realizadas entrevista em profundidade com as ATIs proponentes, que não foram contempladas ou espontaneamente, se retiraram do processo. Fato que gerou inúmeros questionamentos e considerável desconfiança no processo realizado, por parte da Comissão.

<sup>5</sup> Fala apresentada em live. ARAÚJO, Ana Valéria. Painel 3 - Assessorias Técnicas versus Representação de Atingidos. Seminário de Balanço do Rompimento da Barragem de Fundão. Out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CaOY0pYphZQ>. Acesso em: 10/11/2020.

**ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES.**

**CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073**

**JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA**



**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

#### **IV. Evento Deliberativo de Escolha da Assessoria Técnica:**

No dia 21 de novembro de 2018, foi realizado o evento público para escolha da Assessoria Técnica ao Território de Aracruz e Serra, no auditório do Sesc Praia Formosa, em Aracruz. O evento de escolha contou com a presença dos integrantes da Força Tarefa do Rio Doce – o procurador da República Malê Frazão e os defensores públicos do Estado do Espírito Santo, Mariana Sobral e Rafael Portella. Da equipe do Fundo Brasil, compareceram: a superintendente adjunta Maíra Junqueira, Amanda de Souza Camargo, a advogada Silvia Nascimento e a equipe de campo. As pessoas atingidas somaram 441, registradas em lista de presença, oriundas dos municípios de Aracruz, Fundão, Serra e Vitória. A abertura do evento público foi realizada pelo FBDH, conforme trecho abaixo.

Estamos há quatro meses fazendo reuniões para preparar a escolha. Por isso alguns de vocês já viram os nossos rostos. Mas a gente sabe que esse território aqui, como outros do Espírito Santo, já debate Assessoria Técnica desde que a barragem rompeu. Então hoje é um momento de escolha (informação verbal)<sup>6</sup>. (grifo nosso)

Nesse momento uma atingida manifestou uma pergunta, “quem é a Assessoria Técnica, qual o seu nome?”. “O nome será escolhido por vocês, hoje”, respondeu o representante do Fundo Brasil, “lembrando a importância da confiança da comunidade na entidade que vai prestar o serviço” (FBDH, pág. 15, 2018).

Em seguida, o formato da reunião (desenho institucional) foi apresentado:

Segundo consta no referido relatório emitido pelo FBDH, ao narrar desenho institucional do evento, Gabriel Strautman comunicou as pessoas atingidas que a Rede Interação, através de mensagem eletrônica enviada ao Fundo Brasil em doze de novembro, informou que desistiu de participar do processo. Mas que, ainda assim, o presente momento previa a apresentação da proposta pela entidade ADAI, seguida de perguntas, realizadas pelos participantes, debate, votação e decisão, na seguinte ordem: (1) As ADAI faria sua apresentação em até sessenta minutos, incluído o tempo para perguntas dos atingidos; (2) Perguntas seriam feitas mediante inscrição junto à equipe do Fundo Brasil; (3) Ao fim da apresentação e das perguntas, os representantes das entidades deveriam se retirar da sala; (4) Na fase de deliberação, os atingidos e atingidas presentes poderiam usar o microfone para debater a proposta apresentada e defender sua escolha; (5) Com a desistência da Rede Interação, caso a proposta da Adai não fosse aceita, o processo de escolha de Assessoria Técnica para Aracruz e Serra voltava ao começo; (6) Em caso de consenso, a escolha seria feita por aclamação. Sem consenso, seria encaminhado pelo Fundo Brasil uma nova proposta de formato de escolha, com votação e (7) A entidade seria comunicada por e-mail do resultado do processo.

Segundo diálogo realizado com o representante da Rede Interação, a entidade se retirou do processo após o evento público realizado na comunidade de Povoação - Linhares (primeiro território a celebrar o evento). Segundo o entrevistado, o processo conduzido pelo FBDH, apresentava forte favoritismo da entidade ADAI, ainda que a comunidade não a conhecesse. Segundo o relato, no momento

<sup>6</sup> Representante do Fundo Brasil em audiência de escolha da ATI (Gabriel Strautman).

**ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES.  
CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073  
JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA**



**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

do debate, para a Rede Interação não foram feitas perguntas, mas sim, provocações, ao ponto de inibir possíveis questionamentos que viessem trazer clareza e entendimento, como as que foram feitas para a ADAI. A percepção da Rede Interação, era de existir ali, entre as pessoas atingidas, pessoas capacitadas para tumultuar a reunião. O entrevistado concluiu a entrevista, dizendo que os representantes legais da entidade, tinham tido grande atuação, no início de suas respectivas carreiras profissionais, em movimentos sociais no Estado de Minas Geras e que, portanto, quando se depararam com a situação descrita, logo entenderam que aquele processo já estava definido, que não valeria a penas, investir recurso para participar das audiências públicas, por que, não mudaria o resultado do que já estava determinado. A ADAI seria a “escolha” das pessoas atingidas.

No momento do debate, o representante do Fundo Brasil abriu a etapa de deliberações explicando que os atingidos deveriam se posicionar em relação à escolha. No entanto, a escolha era validarem a apresentação da ADAI, caso a considerassem adequada às necessidades das comunidades ou recomeçar o processo de credenciamento.

Diante de tanta espera, angústia, descrença e até mesmo desespero, mas ao mesmo tempo, “asseguradas” por um processo conduzido por *experts* do MPF, na presença da DPES e do Procurador da República, os atingidos **aceitaram** dar uma oportunidade para a ADAI, elegendo a mesma, como assessoria técnica independente do território onze.

No entanto, segundo ARAÚJO (2020):

Foram feitas reuniões nos 18 territórios, com um imenso número de atingidos, com uma enorme representatividade desses atingidos em cada um desses territórios, quando, cada uma das organizações apresentou as suas propostas preliminares houve conversa entre atingidos, perguntas e respostas para as organizações, e nesse processo **os atingidos puderam em cada um dos territórios, escolher aquela organização que mais lhe passava confiança, que mais parecia adequada às necessidades preliminares que já estariam identificadas.** Foi assim que foram feitas as escolhas em cada um dos 18 territórios (informação verbal)<sup>7</sup>.

As organizações que fizeram propostas preliminares, que foram debatidas com os atingidos, **que puderam olhar diferentes organizações e verificar quem tava fazendo a proposta mais adequada, quem tinha a melhor experiência de acordo com as necessidades que os atingidos sentiam naquele momento e com isso fazer uma escolha de uma organização que lhes passasse confiança** e que deveria ser a partir dali a sua ATI, aquela organização em que eles poderiam contar para acompanhar de uma maneira mais eficiente todo o processo de reparação (ibidem).

A fala de ARAÚJO (2020), dos demais representantes do FBDH, assim como dos procuradores da Força Tarefa Rio Doce, vão de consonância com os acordos de governança estabelecidos no processo,

<sup>7</sup>Fala apresentada em live. ARAÚJO, Ana Valéria. Painel 3 - Assessorias Técnicas versus Representação de Atingidas. Seminário de Balanço do Rompimento da Barragem de Fundão. Out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CaOY0pYphZQ>. Acesso em: 10/11/2020.

**ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES.**

**CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073**

**JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA**



**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

principalmente no tocante ao A-TAP, que trata especificamente da contratação das assessorias técnicas. No entanto, a prática exercida não demonstrou o mesmo, visto que, não é possível notar um processo de escolha ancorado nas premissas estabelecidas, ao contrário disso, observa-se um processo de aceitação, de algo que lhes foi oferecido e que, se não aceitassem, poderiam optar por recomeçar o processo.

Ressalta-se nesse momento, a pergunta norteadora da presente pesquisa - a inserção da participação social nos processos de reparação dos danos decorrentes do desastre de Fundão, tem por finalidade apresentar narrativas democráticas a este sistema ou efetivamente garantir o controle popular sobre a reparação?

Notadamente, a sugestão é de que até o presente momento, apenas narrativas democráticas têm sido apresentadas, não obstante, o presente trabalho propõe evidenciar e apresentar uma estratégia de resolução para o conflito de interesses entre a Comissão de Atingidos de Aracruz, que não reconhece esse evento deliberativo e requer, que sejam reconhecidas as reuniões públicas realizadas pela Comissão, em julho de 2022, em cinco comunidades com maior capacidade de acesso em Aracruz (centrais), com mais de 2.000 assinaturas de aprovação da contratação da ATI Voz da Natureza.

No evento realizado pela Comissão, foi apresentado que a entidade já atuante na zona costeira do Espírito Santo, foi indicada pela Comissão para prestar o trabalho de assessoria técnica. Segundo a Comissão, a indicação se dava, devido ao grau de confiança e credibilidade que a entidade possui, sendo inclusive, reconhecida por carta, pelo Ministério do Meio Ambiente, na figura do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, pelos trabalhos históricos realizados por essa entidade na zona costeira do Espírito Santo, diante da consolidação de áreas marinhas protegidas em sobreposição a territórios tradicionais pesqueiros, especificamente, de Aracruz e Serra.

Do outro lado do conflito, vê-se o MPF, a DPES, o FBDH e o MAB, que legitimam o evento público realizado pelo FBDH, enquanto deliberativo e democrático, no entanto, seus reais interesses não estão evidentes, mas sim presumidos.

## **4.2. Os Fatores Exógenos do “Processo Democrático”**

### **1. A atuação da Comissão de Atingidos de Aracruz no presente contexto**

As informações descritas abaixo foram registradas pelo autor, em reunião ordinária realizada pela Comissão de Atingidos de Aracruz, em junho de 2021, quando a OSCIP Associação Ambiental Voz Da Natureza, foi convidada a conhecer a necessidade de assessoramento técnico ao território de Aracruz, e ser apresentada a todos os membros da Comissão.

Em agosto de 2016, quando ocorreu a 1ª Audiência Pública no ES para tratar do desastre, “foi o momento em que nós atingidos tivemos o primeiro contato com o MAB, que chegou com camisas, bonés, cartazes, gritos de ordem, dizendo que tinham experiência com a questão e que tinham as respostas que precisávamos”. Ainda segundo o relato, algumas lideranças se uniram naquele momento ao movimento,

**ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES.**

**CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073**

**JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA**



**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

“acreditamos no que apresentavam, afinal, estávamos desorientados, aquilo tudo era muito preocupante. A partir daí, caminhamos juntos, levantamos bandeiras, levamos o MAB em todos os territórios”.

Doravante, muitas reuniões aconteceram, “a portas fechadas, reuniões nomeadas enquanto Formação de Grupo de Base”. De acordo com o relato, “nessa Formação, ninguém podia usar celular, todos eram recolhidos e deixados ao lado de fora da sala. Ninguém gravava, filmava e tirava foto”. A partir desse momento, foi comentado que algumas lideranças passaram a estranhar a conduta do movimento, “tudo o que eles falavam, nós obedecemos, mas já estávamos incomodados”. No entanto, mesmo desconfiados, mas seguros da atuação do MAB junto às Instituições de Justiça, o movimento permaneceu atuando em toda zona costeira atingida, engajando as lideranças na cobrança por direito a assessoria técnica para os territórios, o que se presume ser, o maior interesse do MAB.

Com a homologação do A-TAP, que deu garantia aos territórios de terem suas ATIs, o MAB participou de todos os eventos, como descrito nos tópicos acima, demonstrando sempre muita proximidade com as já citadas instituições de justiça. Esse relato, pode ser comprovado por ARAÚJO (2021, p. 93), que em sua pesquisa se propôs a analisar a atuação do MAB no ES, frente ao desastre da Samarco.

Segundo o entrevistado 2, concedida em 18 de novembro de 2020: “A Defensoria Pública do ES, foi um ator chave, abriu as portas para várias comunidades que a gente não estava”.

Sendo assim, a análise multinível refere-se à apoios em diferentes tipos de atividades de repertórios (CARLOS, 2019). Isso se expressa entre os tipos de atores em conexão, por exemplo, o MPF que se destacou em diversas redes já apresentadas, fornece apoio aos repertórios institucionais do MAB (instituições participativas como audiência pública e ação judicial). Assim como seus pares da esfera jurídica (em verde) como DPES, PROCREP e MPT. Nesse sentido, temos ainda repertórios extrainstitucionais (manifestações de rua, a ocupação e bloqueio de ferrovias) apoiado pela grande maioria dos atores; e o repertório de tática multiescalar (denúncias a organizações internacionais) como a VIA CAMPESINA (CARLOS, 2019).

Desta forma, como observado na descrição dos tópicos acima, o MAB esteve presente em todas as reuniões públicas e deliberativas que trataram sobre a contração das ATIs. No entanto, foi a partir do momento que a Comissão passou a integrar as câmaras técnicas presentes na estrutura de governança, que o estranhamento se concretizou em desconfiança. Segundo relato da Comissão, após dois anos esperando a contratação da ADAI, quando a Comissão começou a atuar nas câmaras técnicas do sistema de governança da Fundação Renova, se depararam com a situação descrita abaixo:

“Passamos a trocar e dialogar com outros territórios, percebemos que essa estranheza era comum em outras comunidades. Mas foi só na primeira oportunidade de estar com o juiz, que tivemos conhecimento que o MAB, estava em negociação com as empresas, por meio de duas propostas de ATIs criadas, a ADAI e a AEDAS, pleiteando um orçamento milionário, que na bancada de negociação, chegou a um valor final de 10% do valor inicial. Ali ficou claro que estávamos sendo usados como massa de manobra. Foi a flechada final! O que eles queriam era a assessoria técnica. Ficamos nos perguntando, se o valor inicial era o necessário para a Assessoria Técnica trabalhar, como chegaram a 10% dele? Entendemos

**ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES.**

**CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073**

**JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA**

**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

que não valia a necessidade dos atingidos, mas sim, o interesse particular e politiquês deles. Assim, nos afastamos do MAB e destituímos a ADAI em nosso território enquanto nossa ATI. O quê que o MAB tava fazendo lá? Num é ele quem representa o atingido. Somos nós, Comissão” (informação verbal).

Na percepção da Comissão, o MAB queria ser a assessoria técnica de todos os territórios da bacia. Investiram nessa temática por meio de vasto repertório de atuação, ao ponto de ser reconhecido por algumas partes (pesquisadores), como peça central na conquista do direito à assessoria técnica independente. O que na percepção do etnógrafo, de fato foi. No entanto, o A-TAP trouxe em sua definição, ressalvas judiciais, voltadas para a contratação da assessoria técnica, que inviabilizam a atuação do MAB enquanto ATI. Nos termos das ressalvas judiciais, são expressamente vedadas as seguintes contratações:

I - Em atenção à Cláusula 7.4 do TERMO ADITIVO, fica expressamente vedada ao FUNDO, BRASIL DE DIREITOS HUMANOS - em qualquer hipótese, a contratação de assessorias técnicas, cujas entidades/equipes/ profissionais/ indivíduos tenham qualquer vinculação/filiação, direta ou indireta, com **partidos políticos ou atividades político-partidárias**, inclusive que tenham exercido mandato eletivo nos últimos 05 anos;

II - Em atenção à Cláusula 7.4 do TERMO ADITIVO, fica expressamente vedada ao FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS - em qualquer hipótese - a contratação de assessorias técnicas, cujas entidades/equipes/profissionais/indivíduos tenham **qualquer vínculo de subordinação com movimentos sociais ou ONGs** atuantes na área do Desastre de Mariana;

III - Em atenção à Cláusula 7.4 do TERMO ADITIVO, fica expressamente vedada ao FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS - em qualquer hipótese - a contratação de assessorias técnicas, cujas entidades/equipes/ profissionais/indivíduos tenham qualquer **vínculo de subordinação com entidades religiosas”**.

Retornando ao contexto de atuação da Comissão, no dia 28 de agosto de 2020, a Comissão de Atingidos de Aracruz, realizou a 2ª Assembléia Geral de Atingidos do Território de Aracruz, que tinha na sua pauta, a discussão a respeito da possibilidade de destituição da ADAI. Observe abaixo, trecho da Ata:

Há um vínculo muito estreito entre os movimentos sociais com essa entidade, notadamente o MAB, que tem atuado de forma estranha aos objetivos da Comissão de Atingidos. Lembraram ainda que, nenhum dos membros da Comissão conhece a ADAI e que foi apresentada sua indicação aos atingidos, dias antes da realização da primeira Assembleia e que, passados dois anos, não estiveram em nosso território, ouvindo e discutindo com os atingidos sobre os melhores caminhos que podemos avançar para a Reparação Integral dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, dando a transparecer a todos que, o maior interesse é o contrato de dezenas de milhões de reais, diga-se, proposto pela entidade sem qualquer transparência com os atingidos. Causou muita estranheza aos atingidos, as notícias que a demora na contratação da ADAI por parte da Renova deu-se em razão da Renova discordar da metodologia de trabalho proposto e os valores orçados, entrando numa "banca" de negociação, o que a Comissão de Atingidos repudia e protesta. Esse tipo de comportamento, aliado a ausência no território, mesmo que não seja para executar nenhum projeto, mas somente para ouvir e estar numa postura solidária para com os atingidos, gerou

**ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES.**

**CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073**

**JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA**

**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

desconfiança e descrédito na entidade. Após ainda mais outros argumentos que corroboram com a tese de que a entidade não corresponde às expectativas dos atingidos do território de Aracruz, a coordenadora colocou em votação se a Comissão deveria desconstituir a ADAI da Assessoria Técnica desta Comissão. Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade sua desconstituição.

Com a destituição da ADAI pela Comissão, o posicionamento do MAB mudou acentuadamente em relação a legitimidade das Comissões de Atingidos<sup>8</sup>, que nos primórdios da luta, foram formadas pelo próprio movimento, que reconhecia naquelas pessoas, suas capacidades e legitimidade na representação das pessoas atingidas. Esse fato pode ser corroborado no trecho descrito abaixo, por ARAÚJO (2021):

[...] o entrevistado 4 relata sobre a cooptação da fundação Renova a serviço das estratégias deles (desfavoráveis aos atingidos): **“Também tem atingidos que vão na ‘lábria’ da Renova e acabam executando suas estratégias, não são nossos inimigos principais mas acabam se convertendo em nossos adversários.”** (Entrevistado 4, concedida em 17 de dezembro de 2020). (grifo nosso)

Essa tentativa de deslegitimação das Comissões, foi intensamente fomentada dentro das Instituições de Justiça, por meio de denúncias de imparcialidade do juiz da causa, diante do estabelecimento da Plataforma Novel de Indenização. Apesar de não haver espaço no presente artigo, para apresentar a questão do Novel, é preciso relatar uma fala, de um dos membros da Comissão à respeito:

O Novel, não surgiu de dentro dos territórios, não foi pensado pelas pessoas atingidas, mas sim, pelas empresas, juiz e advogados. Do dia pra noite, os advogados brotaram nos territórios, pedindo ajuda às Comissões de Atingidos para ajudarem os mesmos a identificar todas as pessoas que foram atingidas, para que pudessem ser contempladas por um processo simplificado de indenização. Imediatamente, nós corremos atrás de todas as pessoas, rodando incansavelmente, territórios no ES e em MG, acreditando que estávamos correndo atrás da justiça social. Ao longo deste trabalho, os advogados nos disseram que todo nosso esforço deveria ser compensado, afinal, deixamos nossas casas, famílias e trabalhos. No nosso raso entendimento de direito e advocacia, em nenhum momento, nos demos conta de que estávamos fazendo algo errado, como o que nos disse a nossa nova procuradora, fizemos cooptação de clientes. Eu lá sabia que fazer meu papel de garantir o direito à reparação, a todas as pessoas atingidas no meu território, era cooptação? (Informação verbal)

De acordo com os autos do processo, em setembro de 2021, o juiz do caso, emitiu Decisão<sup>9</sup> a respeito da deliberação apresentada pela Comissão de Atingidos de Aracruz, que além de solicitar a

<sup>8</sup> A destituição da ADAI não ocorreu apenas no território de Aracruz e Serra, mas também, em todos os territórios localizados na zona costeira do Espírito Santo (Conceição da Barra, São Mateus e Linhares) que relataram passar pelo mesmo processo de escolha e também aceitaram a ADAI como única opção. As Comissões de Atingidos desses territórios também peticionaram a destituição da entidade referida.

<sup>9</sup> TRAMITAÇÃO CONJUNTA - AUTOS PRINCIPAIS: 69758-61.2015.4.01.3400 (PJE 1024354-89.2019.4.01.3800) e 23863-07.2016.4.01.3800 (PJE 1016756-84.2019.4.01.3800) e Autos Físicos 10263-16.2016.4.01.3800

**ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES.**

**CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073**

**JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA**



**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

destituição da ADAI, pediu que fossem avaliadas pelas instituições de justiça, a indicação da ONG Unilivre, que havia se apresentado nos territórios da zona costeira do ES, realizado propostas de execução de assessoria técnica às Comissões, mas que as mesmas, não sabiam avaliar, pois não conheciam a organização, mas que, diferentemente da ADAI, permaneceu nos territórios atingidos ao longo de meses, buscando identificar as demandas das pessoas atingidas e os danos que sofriam, demonstrando naquele momento, boa-fé para a Comissão. Na decisão, as partes se manifestaram da seguinte forma: (grifo nosso)

A ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, representando o CIF, FUNAI, IBAMA, ICMBio, DPM, ANA (PETIÇÃO ID 381668351) reiterou, **mais uma vez**, a necessidade de **revisão do modelo implementado** quanto às Assessorias Técnicas, nos termos das PETIÇÕES ID's 334205913, 348040491.

[...] mencionou que, em relação aos pedidos de desistência formulados pelas Comissões, **a manifestação dos atingidos deve ser respeitada, nos termos do TAC-Gov que prevê o respeito à centralidade da vítima** (PETIÇÃO ID 334205913).

A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (PETIÇÕES ID's 383585376, 383609891) **pugnou pelo indeferimento das pretensões elencadas** nas PETIÇÕES ID's 327644893, 327659387, ID's 331840348, 331857383, ID's 344780370, 344780395 e ID's 372916887, 372916888.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através da PETIÇÃO ID 405635359 (acompanhada de demais documentos ID's 405857374, 405857376, 405857378), consoante DESPACHOS (ID's 344791891, 372926850), **manifestou-se pela manutenção da Assessoria Técnica (ADAI) aos Territórios 11 [Aracruz e Serra] e 15 [Linhares]**.

Foi juntado aos autos DECISÃO (ID 415442358) proferida pela Eminente Desembargadora Federal DANIELE MARANHÃO, em sede de Agravo de Instrumento, indeferindo o pedido de tutela de urgência recursal interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL em face da DECISÃO ID 252772394 proferida por este juízo federal no sentido de impor-se Perito Judicial **para acompanhamento e auditoria das atividades da ATI**.

"(...) as Empresas reiteram **não se oporem à adoção, pelos atingidos, de medidas para assegurar que o assessoramento técnico seja-lhes prestado por entidade de sua confiança, em claro exercício de sua centralidade, auto-organização e autodeterminação**, e, feita a ressalva quanto à necessária consulta e concordância aos atingidos de Serra/ES a respeito da deliberação tomada pela Comissão de Aracruz/ES, seja determinado que a UNILIVRE comprove o preenchimento dos requisitos mínimos previstos na Cláusula 7.3 do ATAP antes de que possa avançar

**ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES.  
CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073  
JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA**



**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

É necessário destacar, que a data de decisão da Comissão de Atingidos, no tocante à destituição da ADAI e indicação de outra ATI, foi dada em agosto de 2020, enquanto, a decisão do juízo a respeito desta demanda, se deu em setembro de 2021. Nesse longo tempo de espera, sem nenhum retorno do FBDH sobre a colaboração na análise da viabilidade técnica das propostas apresentadas pela Unilivre, a própria Comissão encaminhou o projeto para vários pesquisadores da região, que compõem conselhos de meio ambiente, saúde e turismo em Aracruz e no Espírito Santo que, portanto, poderiam opinar por conhecerem a realidade local. De acordo com a Comissão, a avaliação do projeto foi de superdimensionamento e inviabilidade técnica para realidade oceanográfica da região, apresentando poucas conquistas para os atingidos, e sugerindo, grande retorno para a ONG. Com essa avaliação, a Comissão se reuniu novamente, e decidiu sobre a desistência da indicação da Unilivre, enquanto ATI para Aracruz.

Ainda sobre a Decisão apresentada acima, é inquestionável a compreensão do juiz, da AGU (CIF, FUNAI, IBAMA, ICMBio, DPM, ANA), da Desembargadora Federal e das empresas, que deve ser respeitada a centralidade do atingido, sua manifestação, posição e deliberação, que parte de sua auto organização, que inclusive, em Aracruz é histórica, oriunda do enfrentamento popular diante de megaprojetos de “desenvolvimento” construídos no município, desde a década de 70.

É necessário esclarecer, que as Comissões de Atingidos não possuem fins lucrativos, nem recebem subsídios, portanto, o trabalho é desenvolvido pelos seus membros de forma totalmente voluntária, que faz sentido em ser, no entanto, após sete anos de LUTA, os membros da Comissão que resistem a causa, que mobilizam, que participam e correm atrás pelo coletivo, que ajudam os que possuem mais dificuldades de entendimento, explicam repetidas vezes, levam em cartório, pagam do seu próprio dinheiro, ligam incansavelmente para a Renova, enfrentam longas viagens até Belo Horizonte, Brasília, até mesmo, até a Inglaterra, que debatem com os advogados, com a Fundação Renova, dialogam nas Câmaras Técnicas, CIF, com o juiz, Prefeitura etc. São tantas as frentes, as batalhas, as dores vividas diariamente, que a saúde e a vida pessoal dessas pessoas, na sua grande maioria, encontra-se em desequilíbrio - emocional, financeiro e/ou relacional etc. Não à toa, sofrem de ansiedade, problemas cardíacos, respiratórios, alérgicos, intestinais, desequilíbrios emocionais que reviram seus corpos físicos, vulnerabilizando ainda mais a vida dessas pessoas.

Seguindo no contexto de atuação da Comissão de Atingidos de Aracruz, após desistência da UNILIVRE, três anos à espera de uma ATI e o aumento da necessidade de assessoramento técnico, que começou a identificar graves afetações na saúde humana, a Comissão de Atingidos de Aracruz, em setembro de 2021, enviou um e-mail ao FBDH, solicitando auxílio e orientação para o encaminhando de proposta de ATI para o território de Aracruz. Os requerimentos realizados pela Comissão, que constam no e-mail (figura 3) foram:

*Nesse propósito, requeremos então o apoio do Fundo Brasil de DH para:*

*a) Apoiar na organização e realização dessa Assembleia de Atingidos de Aracruz;*

*b) Convidar às instituições de justiça para sua efetiva participação;*

*c) Apoiar na logística de organização do local, mobilidade e alimentação (caso seja necessário) os atingidos do município;*

*d) Apoiar na secretaria e registros da Assembleia;*

**ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES.**

**CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073**

**JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA**



**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

e)  
Outras demandas referente ao evento.

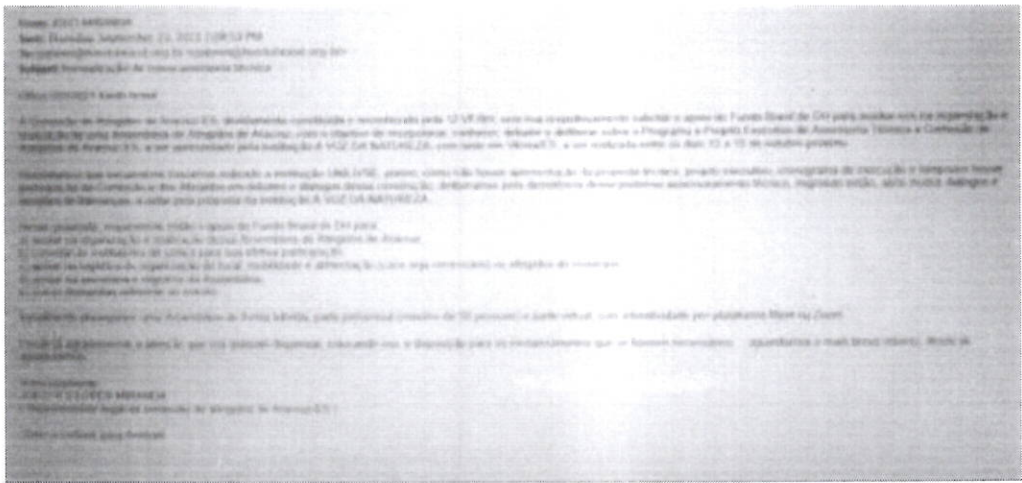


Figura 3: E Mail enviado ao FBDH, pela Comissão de Atingidos de Aracruz.

Em resposta, o FBDH, sinalizou que encaminharia a solicitação dos representantes às Instituições de Justiça, para que a mesma avaliasse a demanda apresentada, conforme pode ser observado na figura abaixo.

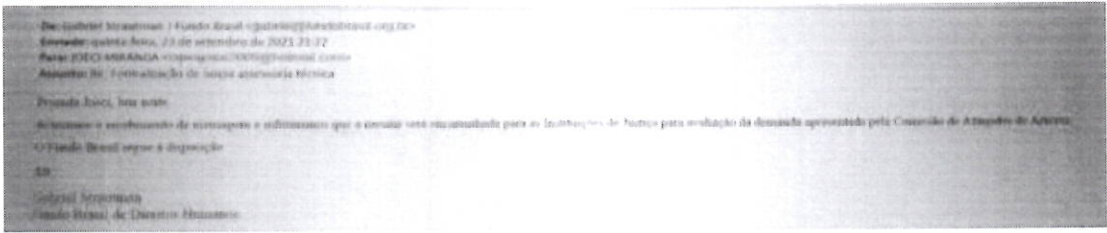


Figura 4: E-mail do FBDH encaminhado para a Comissão de Atingidos de Aracruz.

No entanto, segundo relata a Comissão, nunca houve retorno das Instituições de Justiça, nem do FBDH. Em decorrência de uma possível omissão dos *experts*, no dia 06 de dezembro de 2021, a Comissão peticionou na 12ª Vara Cível de BH a indicação da Associação Ambiental Voz da Natureza para sua ATI, entendendo que, de acordo com o TAC-GOV, possuem ampla legitimidade na representação das pessoas atingidas e livre autonomia para buscar garantir a Assessoria Técnica que entendem ser necessária e de confiança para o Território de Aracruz-ES.

No dia 22 de junho de 2022, o juiz apresentou nova decisão (ID. 111392877), tendo como pontos mais relevantes para a presente análise, os trechos que seguem abaixo:

**ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES.  
CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073  
JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA**



**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

Após a destituição da entidade ADAI e da UNILIVRE, a COMISSÃO DE ATINGIDOS DE ARACRUZ pretende, em síntese, seja homologada a contratação dos serviços de assessoria técnica da ASSOCIAÇÃO AMBIENTAL VOZ DA NATUREZA.

As empresas não apresentaram óbice formal à contratação da Voz da Natureza, contudo reiteraram "a importância de que eventual contratação da Voz da Natureza seja conduzida em estrito cumprimento das obrigações e requisitos previstos no TACGov e no ATAP, especialmente no que se refere à Cláusula 7.3 do ATAP."

(...)

Assim sendo, a intervenção das "Comissões de Atingidos" de Baixo Guandu, São Mateus, Linhares, Aracruz e Conceição da Barra amolda-se ao dispositivo legal supracitado, razão pela qual defiro o ingresso na condição de *amicus curiae*.

Nos termos do artigo 139, § 1o e 2o do CPC registro que o admitido ("Comissões de Atingidos" de Baixo Guandu, São Mateus, Linhares, Aracruz e Conceição da Barra) poderá apresentar manifestações escritas sempre que pertinentes (art. 138, caput, do CPC/2015); **poderá trazer a juízo questões de fato e de direito a serem discutidas no processo; poderá indicar meios de prova; terá legitimidade para opor embargos declaratórios (art. 138, § 1o, do CPC/2015); poderá fazer sustentação oral nas audiências; e poderá apresentar memoriais escritos.** (grifo nosso)

(...)

INTIMEM-SE a COMISSÃO DE ATINGIDOS DE ARACRUZ - ES para manifestação no tocante à pretensão formulada, notadamente sobre: a) preenchimento dos requisitos da cláusula 7.3 do ATAP; b) ressalvas judiciais (ID 137770382 - "ACP PRINCIPAL"); c) prazo de execução, escopo de atuação, contratação de consultorias especializadas, recursos humanos, custos fixos com veículos e meios de comunicação e taxa administrativa (ID 759190975); sem prejuízo de outras considerações pertinentes.

No tocante às Instituições de Justiça, todas mantiveram a mesma posição da decisão anterior, já descrita acima. Assim, no dia 25 de agosto de 2022, a Comissão de Atingidos de Aracruz e a Associação Ambiental Voz da Natureza, peticionaram todos os documentos requeridos pela decisão supracitada, além de uma lista com aproximadamente 2.000 assinaturas de aprovação da Voz da Natureza para ATI do território de Aracruz, que se deram, durante cinco eventos públicos realizados pela Comissão, em cinco comunidades centrais (geograficamente) de Aracruz, momento em que a entidade Voz da Natureza apresentou sua proposta de trabalho.

Paralelamente a esses fatos, o MAB, a ADAI e o FBDH, realizaram reunião na comunidade de Barra do Riacho, para apresentação da nova versão do plano de trabalho da Assessoria Técnica ADAI. Evento que causou grande confusão na comunidade local, que ficou desconfiada em relação à atuação do FBDH, assim como da Comissão de Atingidos.

Após esse evento, o novo juiz do caso determinou que fosse realizada audiência de conciliação nos territórios que haviam destituído a ADAI, acerca da sua permanência ou não no processo. De acordo com a procuradora da Comissão, que buscou dialogar com o assessor do juiz, para compreender o formato da reunião, o mesmo lhe afirmou que seria um momento de diálogo

**ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES.**

**CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073**

**JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA**



**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

entre as ATIs proponentes, as Comissões, as Instituições de Justiça, Fundação Renova e empresas réas, que as pessoas atingidas não teriam direito à fala, mas que se desejassem, poderiam assistir.

Desta forma, a Comissão solicitou apoio ao FBDH, para custear a ida da Comissão ao evento de conciliação. Como resposta, o FBDH disse que atenderia essa solicitação, mas que poderiam ir apenas seis membros, visto que, atendendo às premissas de isonomia, o mesmo seria ofertado para o grupo que se posicionaria a favor da contratação da ADAI. No entanto, um dia antes da viagem a Belo Horizonte, o FBDH liga para dois membros da Comissão, e diz que seria necessário que estes dessem suas vagas para dois membros do município da Serra.

Essa situação causou grande indignação da Comissão, que não compreendeu os critérios de isonomia, a começar com questionamentos como:

Por que Aracruz levaria doze pessoas e Serra duas? Segundo, por que a Comissão cedeu duas vagas, ao invés de cada lado ceder uma? Por que o MAB ocupou a vaga das pessoas atingidas?

Essas perguntas tentaram ser feitas pela procuradora da Comissão na audiência de conciliação, mas sem resposta. Segundo a mesma relata:

A audiência não atingiu os objetivos ao qual se propôs. Assistimos uma reunião dominada por bandeiras do MAB, por uma clara aliança entre Fundo Brasil, MAB, ADAI, MPF e DPES, que com seu discurso de, ou vocês aceitam a ADAI, ou vamos demorar para ver uma Assessoria Técnica iniciar seu trabalho, novamente colocou os atingidos em um lugar de submissão, não de centralidade, autonomia e coerência. Novamente, Conceição da Barra, São Mateus e Linhares, aceitaram a ADAI sem ter confiança na ATI. Uma relação que certamente, já inicia marcada por favoritismos, preferência, exclusões etc, tudo muito distante do que os atingidos merecem, após quatro anos esperando pela sua ATI, e tem por direito.

Como pôde ser notado, apenas Aracruz e Serra (Território 11) não aceitaram que a ADAI retornasse ao seus territórios enquanto ATI. Até o presente momento, o caso segue sem resolução.

## **II. A atuação das Instituições de Justiça**

Segundo Thelen (1999), as instituições não são uma coordenação neutra de mecanismos, mas refletem a distribuição de poder em um dado contexto. Assim, é possível perceber que o desenho institucional, revelou escolhas resultantes da dinâmica das forças políticas presentes no contexto, ou seja, fatores exógenos ao processo deliberativo, influenciaram diretamente nos fatores endógenos.

**ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES.**

**CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073**

**JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA**



**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

Se

um processo participativo é iniciado buscando envolver certos grupos sociais, trazer uma abertura específica à proposição ou gerar um tipo de processo de diálogo em um determinado momento do ciclo de gestão, essas decisões são fruto de uma correlação de forças políticas (Mahony; Thelen, 2010).

De acordo com Carlos (2020) o MAB em sua atuação no ES, que se dá pela primeira vez, com a chegada da lama de rejeitos no Estado, inovou suas estratégias organizacionais, em relação aos modelos disponíveis ou pré-existentes (p. 682), tais como, os utilizados pelo MAB nacional. A autora argumenta que a estratégia de inovação se deu por meio da “estratégia de territorialização organizacional”, situação em que o MAB se desloca da sua estrutura para as áreas afetadas, quando inicia então, seu trabalho de formação de uma identidade coletiva, tal como se deu, em relação às Comissões de Atingidos, “adaptando-se de modo inovador à tradição do associativismo de organizar as bases localmente”, conforme Araújo (2021, p. 62) que ainda acrescenta:

Esse contexto político relacional, oportuna ao movimento a categoria citada como potencial de luta política, ou seja, pela percepção dos militantes, os territórios atingidos têm uma capacidade de organização popular grande e necessária, devido aos inúmeros desdobramentos no rio Doce. **Possibilitando assim a amplificação e extensão das pautas político-ideológicas macro do movimento, como luta popular, soberania energética e transformação da sociedade.**

Ainda segundo Araújo (2021, p. 95), para compreender a complexidade nas relações estabelecidas pelo MAB, é necessário considerar “os diferentes tipos de ligação e o papel de cada ator em relação ao ego, ou seja, seus respectivos segmentos sociais e semelhanças no processo político histórico”. Dessa forma, o autor destaca as relações centrais do MPF e DPES, que em uma de suas análises, observou que tais atores, tiveram mais proximidade, “também em comparação a 2018, e podemos embasar essa relação com o processo do confronto político do desastre, vide repertórios institucionais impulsionados pela gestão negociada e tratamento institucional” (ARAÚJO, p. 96). Destaca-se que em 2018, entra o Fundo Brasil, enquanto expert do MPF, sendo o responsável pela contratação das ATIs, que se iniciaram no mesmo ano.

Com a assinatura do TAC-GOV, e consequente inclusão das pessoas atingidas no processo de reparação, Araújo (2021, p. 96) argumenta que foi aprofundado o tratamento institucional de resolução negociada, e que, nesse sentido, “o MAB se vê impulsionado a articular com MPF e DPES suas reivindicações para negociação com a Renova”. Ainda que o autor defenda, que essa combinação de repertórios institucionais se configura em uma posição de apoio entre os atores, e que de alguma forma pode minimizar as assimetrias de poder presentes no confronto político do desastre, esse resultado não foi observado na prática.

Talvez sim, se o território de Aracruz não tivesse um histórico de organização coletiva, de grande mobilização frente à projetos desenvolvimentistas, que compartilham uma territorialidade, cujo território foi caracterizado pela literatura enquanto “Zona de Sacrifício”, que apresenta abundâncias em sua sociodiversidade local, terra de povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, artesãos. Aracruz não estava apática diante das violações de direitos humanos que sofriam e ainda sofrem, quando o MAB chegou. Aracruz não convidou o MAB para formar identidades coletivas no território. Esse movimento se deu de

**ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES.**

**CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073**

**JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA**



**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

forma apelativa, visto as alianças que possuía, visto o desespero das pessoas atingidas. Não obstante, o próprio movimento reconheceu a forte organização local que ali já existia. Não obstante, Aracruz foi a única a não aceitar a conciliação.

Cabe destacar, que as duas maiores lideranças da localidade de Barra do Riacho, primeira comunidade a ser reconhecida enquanto atingida, em Aracruz, atualmente encontram-se em lados opostos. Lutaram juntos por mais de vinte anos, na proteção de sua territorialidade, mas hoje encontram-se divididos pelo processo de atuação do MAB. Assim, observa-se que a assimetria não é diminuída, pois quando uma comunidade vê dividida suas maiores referências, todos perdem, perdem força, perdem respeito, perdem reconhecimento, perdem direitos. Cada lugar, de fato, tem sua particularidade. Cada lugar tem a sua história, e isso precisa ser considerado.

Desse modo, a relação entre movimentos sociais e Estado é complexa e multifacetada (Doowon, 2006), as reconfigurações na ação coletiva ao longo do tempo são heterogêneas e multidimensionadas, as interações sociedade-Estado são variadas e podem combinar elementos aparentemente contraditórios, como cooperação, contestação e autonomia. (CARLOS, 2015, p. 6).

## PROPOSTA/ ESTRATÉGIA DE GOVERNANÇA DO CONFLITO

Diante do conflito descrito, e da ausência de resolução, até o presente momento desta pesquisa, o conteúdo apresentado na matriz abaixo refere-se a uma proposta de intervenção para enfrentamento do conflito.

A proposta não será, aqui, detalhada, apenas a matriz está apresentada. No entanto, se for de interesse deste Conselho, o detalhamento, diálogo e/ou entendimento poderão ser solicitados a qualquer momento.

<b>OBJETIVO GERAL PLANO AÇÃO:</b> <i>Realizar evento deliberativo democrático de escolha da Assessoria Técnica Independente para o Território de Aracruz, conforme preconiza os instrumentos de governança do caso Samarco.</i>				
<b>OBJETIVO ESPECÍFICO 1:</b> Definir o desenho institucional do evento público.				
Metas	Ações	Responsáveis	Parceiros	Prazos
1.1 Construir o desenho institucional do evento deliberativo	1. Elaboração da metodologia integral do processo - da mobilização aos resultados.	1. Comissão de Acompanhamento e Execução: Pesquisadores	1. Prefeitura Municipal de Aracruz.	30 dias

ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES.

CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073

JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA



**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

	2.Aprovação da metodologia.	<p>especialistas na temática que compõem Núcleos de Pesquisa, Instituições de Justiça (MPF e DPES), Advocacia Geral da União e Comissão de Atingidos de Aracruz.</p> <p>2.CIF, Perito do juiz e perito da Fundação Renova</p>		
--	-----------------------------	---	--	--

**OBJETIVO ESPECÍFICO 2: Identificar os atores que participarão do evento deliberativo.**

Metas	Ações	Responsáveis	Parceiros	Prazos
1.2 Convidar todos os representantes da sociedade civil, organizados enquanto Associações de Moradores, Pescadores, Comerciantes, Turismo, Saúde, Educação, Meio Ambiente entre outros atuais e potenciais, implicados no contexto do atingido pela lama de rejeitos da Samarco.	<p>1. Elaborar critérios para definição dos representantes.</p> <p>2. Mapear todas as comunidades atingidas;</p> <p>3. Mapear todas as entidades representativas;</p> <p>4. Entregar todos os convites para o evento deliberativo;</p> <p>5. Apresentar relatório de conclusão da mobilização.</p>	1, 2, 3, 4 e 5. Comissão de Acompanhamento e Execução	1.Prefeitura Municipal de Aracruz.	15 dias

ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES.

CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073

JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA



**COMISSÃO DE ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO DAS MINERADORAS VALE, SAMARCO E BHP BILLITON EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015 EM MARIANA –MG. DO MUNICIPIO DE ARACRUZ/ES. CRIADA EM 06/04/2017.**

<b>OBJETIVO ESPECÍFICO 3: Realizar evento deliberativo.</b>				
<b>1.3 - Realizar evento deliberativo para escolha da ATI.</b>	<p>1. Realizar a mobilização para o evento.</p> <p>2. Garantir que todo o desenho institucional do evento deliberativo seja executado na íntegra.</p> <p>3. Produzir relatório de conclusão do evento deliberativo</p> <p>4. Apresentar às instâncias de governança o resultado.</p>	1, 2, 3 e 4. Comissão de Acompanhamento e Execução.	1. Prefeitura Municipal de Aracruz.	30 dias

Por fim , almejam os que o CIF, intervenha e auxilie nesta situação.

Aproveito o ensejo para renovar protestos de elevada estima e de distinta consideração.

Comissão de Atingidos de Aracruz/ES.

**ENDEREÇO PROVISÓRIO: RUA TEODORO AGNER-4 BARRA DO RIACHO, ARACRUZ/ES,  
 CONTATO: 27 9 9806-5012 / 27 9 9859-3073  
 JÓECI LOPES MIRANDA - LICELIANA DE JESUS SOUZA**